



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Acre

TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 01/2026

Procedimento nº: 1.10.000.001407/2025-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de memória RAM 16Gb para upgrade dos desktops Modelo Positivo Master Mini Pro C8200, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | QUANTI<br>DADE | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|--------|---|--------|----------------|-------------------|----------------|
| 01     | MEMÓRIA RAM 16GB, DDR4, 2400 MHZ, SO-DIMM para mini-desktop. Compatível com Computador Positivo Master MiniPro C8200, 9ª Geração. Processador Intel Core.<br><br>Modelo/Marca de Referência: Marca: Corsair. Modelo:CMSX16GX4M1A2400C16, similar ou superior. | 622838 | 50             | R\$ 928,01        | R\$ 46.400,50  |
| TOTAL: |   |        |                | R\$ 46.400,50     |                |

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#).

1.3. Observações

1.3.1. As especificações do item que será adquirido, bem como sua respectiva quantidade encontra-se descrita na tabela acima deste Termo de Referência.

1.3.2. Em razão do descritivo do código do Catálogo de Materiais (CATMAT) constante do Sistema Compras.gov.br não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto desta contratação, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas nos descritivos constantes neste Termo de Referência;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 25/03/2026 17:17. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 58fa5dba.2a79e23c.c55cb6ce.217efbc3

1.3.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do termo de contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2 A contratação pretendida não consta no Plano Institucional de Demandas (PID), bem como no Plano Anual de Contratações da Procuradoria da República do Estado do Acre. No entanto, a contratação pretendida encontra amparo legal, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 **Justificativa da contratação:**

2.3.1 A contratação visa atender às necessidades da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE – PR/AC quanto à aquisição de material de consumo para melhoria do parque computacional da PR/AC, a fim de garantir uma atuação eficiente e segura do Órgão em prol da população. Ademais, busca-se, dentro dos limites orçamentários, garantir a qualidade de vida no trabalho (QVT) e fomentar um bom ambiente institucional, com atenção a critérios de sustentabilidade e de razoabilidade.

2.3.2 Pontua-se aqui, a necessidade da referida aquisição visando à melhoria do desempenho dos computadores em uso nesta Unidade Ministerial.

2.4 **Enquadramento da contratação:**

2.4.1 A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

2.4.2 Considerando que o custo administrativo para realizar uma licitação é certamente mais elevado que o objeto a ser contratado, sugerimos a contratação por meio de dispensa de licitação, em razão do valor da aquisição, na forma eletrônica, com fundamento no inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.3 Informações Orçamentárias: Os dados orçamentários detalhados (UG Executora, Programa de Trabalho, Plano Interno, Fonte, Natureza da Despesa) serão informados em momento oportuno, após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

3. **ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E PREÇOS**

3.1 **Proposta:**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | QUANT. | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL | VALOR TOTAL   |
|------|---|--------|---------------------------------|---------------|
| 01   | MEMÓRIA RAM 16GB, DDR4, 2400 MHZ, SO-DIMM para mini-desktop. Compatível com Computador Positivo | 50     | R\$ 928,01                      | R\$ 46.400,50 |

|                                  |   |                      |  |  |
|----------------------------------|---|----------------------|--|--|
|                                  | Master MiniPro C8200, 9ª Geração. Processador Intel Core.<br><br><b>Modelo/Marca de Referência: Marca:</b> Corsair.<br>Modelo:CMSX16GX4M1A2400C16, similar ou superior. |                      |  |  |
| <b>TOTAL (MÁXIMO ACEITÁVEL):</b> |   | <b>R\$ 46.400,50</b> |  |  |

3.2 A proposta deverá ser apresentada com validade mínima de 60 (sessenta) dias, quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

3.3 O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 46.400,33 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais e trinta e três centavos).**

3.4 Será adotada a modalidade de dispensa com base no inciso II, Art. 75 da Lei 14.133/2021, sob a forma eletrônica, visto que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 65.492,11 (vide Dec. Nº 12.807/25).

3.5 Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência.

**4. DOS REQUISITOS E LOCAL PARA ENTREGA DO MATERIAL**

4.1 A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência em parcela única, de acordo com a nota de empenho emitida.

4.2 A Contratada deverá realizar a entrega em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da confirmação de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento hábil.

4.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, devidamente comprovadas.

4.4 O fornecimento deverá ser efetuado em uma parcela única.

4.5 Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto com a especificação constante do presente Termo; e

4.6 Definitivamente, em até 05 dias úteis, contados do recebimento provisório, que compreenderá o exame do material, a conferência de todos os acessórios e a verificação do perfeito funcionamento do objeto, de acordo com as características técnicas descritas neste Termo de Referência, mediante termo circunstanciado.

4.7 Os produtos deverão ser novos e em primeiro uso.

4.8 Os produtos que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela Contratada em até 30 dias corridos e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

4.9 O objeto deverá ser entregue na sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ACRE, no Setor de CTIC- Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia – Rio Branco/AC - CEP 69915-632.

4.10 O prazo de garantia do objeto é de, pelo menos, 12 (doze) meses, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, em caso de prazo superior ao mínimo estipulado.

4.11 O prazo de garantia iniciará sua contagem a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.12 Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá substituir, corrigir, sem ônus para a CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos ou incorreções.

## **5. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

5.1 As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

6.2 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais de conformidade com o objeto contratado;

6.3 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

6.4 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais;

6.5 Deverá observar em todas as fases de contratação os critérios dispostos para a sustentabilidade ambiental e de forma a não frustrar a competitividade;

6.6 Notificar o fornecedor em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Termo de Referência, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso;

6.7 Aplicar as penalidades e demais medidas previstas neste Termo de Referência, por descumprimento de obrigações e deveres neles previstos;

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado;
- 7.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;
- 7.3 Substituir o material não aceito pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (quinze) dias corridos, a contar do aviso de rejeição;
- 7.4 Não será permitida à CONTRATADA substituir a marcas do produto oferecido sem consulta à CONTRATANTE;
- 7.5 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ou decorrentes da execução do objeto do presente instrumento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 7.6 Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do objeto;
- 7.7 Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal de venda do material, informando nome do banco, número da agência e da conta bancária para efeito de pagamento das obrigações;
- 7.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, no prazo que lhe for estabelecido;
- 7.9 Manter todas as condições de habilitação e qualificação regularmente exigidas na dispensa de licitação durante a vigência da contratação, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n.º 14.133/21 e demais normas de regência;
- 7.10 Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de até 24 horas após o seu envio. A comprovação poderá ser realizada por e-mail;
- 7.11 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da PR/AC, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da confecção e entrega do material em desacordo com as especificações deste instrumento, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

## **8. DO RECEBIMENTO**

- 8.1 Os equipamentos entregues pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:
  - 8.1.1 Provisoriamente: mediante recibo, após efetuada a entrega dos objeto(s), para posterior verificação da sua conformidade com as especificações;

8.1.2 Definitivamente: mediante recibo, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal.

8.2 Caso os materiais estejam em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê los, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação;

8.2.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções contratuais.

8.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 9. DO FATURAMENTO

9.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Acre, CNPJ nº 26.989.715/0006-17, emitida após a entrega do objeto, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

9.1.1 Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional deverá apresentar também a declaração de optante do simples nacional. A declaração deve ser assinada eletronicamente com certificado digital pessoa física (eCPF) ou remetida em sua via original dentro da embalagem dos itens a serem entregues. Não será aceita assinatura digitalizada e nem assinatura usando certificado pessoa jurídica (eCNPJ), conforme orientações da Receita Federal;

9.1.2 A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento do objeto ora contratado;

9.1.3 A fatura ou nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, e demais documentos deverão ser encaminhadas através do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF, que pode ser acessado em: <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos/protocolo;>

9.2 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

9.2.1 A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

9.2.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais;

9.2.3 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

## 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos objetos efetivamente entregues, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, do mês de referência, preferencialmente, por meio de cartão de pagamento, com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.2 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

10.3 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;

10.4 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura ou instrumento de cobrança equivalente, na data da emissão da Ordem Bancária ou comprovante equivalente ao meio de pagamento.

10.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6 Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

10.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo

$I = [(TX/100)365]$ , assim apurado:  $I = [(6/100) / 365]$   $I = 0,00016438$

Em que:

$I$  = Índice de atualização financeira;

$TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;  $EM$  = Encargos moratórios;

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP$  = Valor da parcela em atraso.

10.7.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

10.8 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar junto a Nota Fiscal declaração com a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.



## **11. DA GARANTIA**

11.1 O objeto da presente contratação terá a garantia pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA substituirá todo o objeto que venha a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, sem ônus para a CONTRATANTE e deverá obedecer às seguintes condições:

11.1.1 Os serviços decorrentes da garantia deverão ser prestados, em dias úteis, no horário de expediente, das 08h às 15h, podendo, contudo, se o(s) objeto(s) apresentarem defeito deverá(ão) ser recolhido(s) pela CONTRATADA, desde que não haja ônus para a Procuradoria.

11.1.2 O prazo para atendimento dos chamados de garantia não poderá exceder a 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação feita pelo responsável da PR/AC;

11.1.3 Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem o atendimento devido pela contratada, fica a PR/AC autorizada a contratar os serviços necessários de outras empresas e a cobrar da contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto a garantia do(s) Objeto(s) fornecido(s) e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

11.1.4 Serão da exclusiva responsabilidade da contratada as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal incumbido na entrega do(s) objeto(s) previstos neste instrumento;

## **12. DAS SANÇÕES**

12.1 Conforme Termo de Contrato.

## **13. DO REAJUSTE**

13.1 Conforme Termo de Contrato.

## **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **15. DO FORO**

15.1 As questões decorrentes deste acordo, não solucionadas na esfera administrativa, serão dirimidas no Foro Federal de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro.

Rio Branco (AC), data da assinatura eletrônica.



Assinatura dos servidores que compõem a equipe de planejamento:

(Assinado eletronicamente)

**CICERO DE OLIVEIRA SABINO**

(Assinado eletronicamente)

**RENATA DOMINGUES DE SANT ANNA**

Assinatura do chefe da área requisitante

(Assinado eletronicamente)

**CASSIOS MAIA CARVALHO**

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/PRAC



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AC-00007013/2026 MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

.....  
Signatário(a): **CICERO DE OLIVEIRA SABINO**

Data e Hora: **25/03/2026 17:17:40**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **RENATA DOMINGUES DE SANT ANNA**

Data e Hora: **25/03/2026 17:22:06**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **CASSIOS MAIA CARVALHO**

Data e Hora: **25/03/2026 18:16:47**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 58fa5dba.2a79e23c.c55cb6ce.217efbc3